



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — RF/NR/RV*



Processo nº: 12.078/11 (b)
Apenso nº: 010.001.413/06 (em dois volumes)
Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF
Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE
Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT
Advogado: Dr. Arnaldo Botelho Barbosa (OAB/DF nº 15.964)
Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/03, art. 1º, inciso VI)
Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão da passagem para a inatividade. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. Falecimento do Comandante-Geral do CBMDF, à época dos fatos. NO TRIBUNAL foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 6.696/11-CRCC). Apresentação de alegações de defesa. Procedência da resposta ofertada pelo dirigente e revelia do servidor militar beneficiário, irregularidade de suas contas, imputação de débito e aplicação da pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital (Decisão nº 210/14-CPM). Oposição de Embargos de Declaração pelo beneficiário da vantagem indevida. VOTO pelo conhecimento e pela rejeição do recurso.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao 1º SGT BM RRm MÁRIO CARLOS CABRAL, em razão de sua passagem para a inatividade.

2. A Comissão de Tomada de Contas Especial (fls. 224/232 do processo apenso), verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo apurado, no valor de R\$ 11.839,54 (valor original).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — RF/NR/RV*



3. O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 041/11 – CONTROLADORIA (fl. 260 do processo apenso), para considerar irregulares as presentes contas especiais.
4. No Tribunal foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 6.696/11-CRCC, fls. 45/46).
5. Efetuadas as comunicações devidas, o Ten. Cel. QOBM RRm José de Oliveira Rocha Filho apresentou, as razões de defesa de fls. 72/98. O 1º SGT BM RRm Mario Carlos Cabral não compareceu aos autos e o Cel. QOBM RRm Sebastião Liparizi de Carvalho faleceu em 14.8.12, conforme Certidão de Óbito de fl. 101.
6. Na sequência, a Corte exarou a Decisão nº 210/14-CPM (fl. 147), **in verbis**:

DECISÃO Nº 210/14-CPM

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das defesas apresentadas pelo Cel. QOBM Sebastião Liparizi de Carvalho e pelo Ten. Cel. QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho (fls. 57/71 e 72/96) para, no mérito, considerá-las procedentes; II. considerar revel o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral, por não ter comparecido aos autos, apesar de regularmente citado; III. julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas especiais em apreço; IV. notificar o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral para recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 81.477,91 (valor em 14.9.2012), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03; V. autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94; VI. aplicar ao 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos; VII. aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VIII. autorizar o encerramento da sindicância instaurada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face da determinação constante do inciso III, alínea “a”, da Decisão nº 6.696/11; IX. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.”

7. Em decorrência do decidido, foram expedidos os Acórdãos nºs 44/14 e 45/14 (fls. 148/149).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — RF/NR/RV*



8. Cientificado dos termos da deliberação suso transcrita, o 1º SGT BM RRm Mário Carlos Cabral, por meio de seu representante legal, opôs os Embargos de Declaração de fls. 156/159.

9. O embargante alega que o Tribunal omitiu-se em relação a sua defesa quando não se manifestou sobre as alegações de prescrição do débito, de ausência de motivação da decisão e da ilegitimidade da parte.

É o Relatório.

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — RF/NR/RV*



VOTO

10. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao 1º S BM RRm Mário Carlos Cabral, em razão da sua passagem para a inatividade.

11. Nesta fase, analisam-se os Embargos de Declaração opostos pelo servidor militar beneficiário contra os termos da Decisão nº 210/14-CPM, que julgou suas contas irregulares, bem como imputou-lhe o débito apurado no valor de R\$ 81.477,91 (valor em 28.1.2014, constante da decisão) e a pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou de função comissionada no âmbito da Administração Pública Distrital.

12. Preliminarmente, passo ao exame da admissibilidade do recurso. O responsável tomou conhecimento da Notificação nº 40/14-SECONT/GAB (fl. 154) em 18.3.2014 e os embargos foram opostos em 27.3.2014.

13. O prazo previsto pelo Regimento Interno deste Tribunal para apresentação dessa modalidade recursal é de 10 (dez) dias¹, no entanto, entendo que, mesmo que **intempestivo**, os presentes Embargos podem ser conhecidos em homenagem ao princípio da formalidade moderada.

14. Feitas essas considerações iniciais, passo ao exame de mérito das alegações apresentadas pelo recorrente de que haveria omissões e obscuridades na Decisão nº 210/14-CPM.

15. As aventadas omissões decorreriam do fato de o Tribunal não ter se manifestado acerca de questões trazidas na defesa do responsável, quais sejam, as alegações de prescrição do débito, de ausência de motivação da decisão e de ilegitimidade da parte.

16. Como obscuridades, o recorrente indica que “o *Tribunal de Contas do Distrito Federal* deixa de indicar qual é a *proporcionalidade da solidariedade da obrigação de indenizar*” o que, junto com “a *ausência de uma planilha de atualização da verba indenizatória*” faria com que pairassem dúvidas sobre o julgado.

¹ Art. 190. Os embargos de declaração poderão ser formalmente interpostos pelo responsável, seus sucessores, e interessado, ou pelo Ministério Público, **dentro de dez dias do conhecimento ou da publicação oficial da decisão ou do acórdão**, quando houver obscuridade, dúvida, contradição ou omissão no pronunciamento do Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — RF/NR/RV*



17. Não há dúvidas de que as alegações trazidas pelo responsável tem caráter meramente protelatório, não merecendo prosperar. A questão da prescrição não foi abordada pelo Tribunal porque não foi levantada pelo responsável, que se quedou revel ao deixar de atender o chamamento da Corte. Portanto, não há falar em manifestação do Tribunal acerca do que não foi alegado pelo Embargante. Ademais, é cediço o entendimento de que as ações de ressarcimento por danos causados ao Erário não prescrevem, conforme art. 37, § 5º, da Constituição Federal:

*§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.***” (grifei)

18. Também não há que se falar em ilegitimidade do recorrente para figurar no polo passivo do processo, visto que foi a sua conduta fraudulenta de relatar mudança de domicílio não efetivamente ocorrida que motivou o pagamento irregular do benefício, causando o dano apurado nestes autos.

19. O recorrente traz, ainda, questionamentos descabidos acerca do instituto da solidariedade. A decisão desta Corte imputou a ele a responsabilidade **individual** pela **integralidade** do débito. Outrossim, mesmo que o Tribunal tivesse se manifestado pela solidariedade do débito, não haveria que se falar em “*proporcionalidade da solidariedade*”, conforme lição de Caio Mario da Silva Pereira²:

“Originária da lei ou da convenção, para nós a solidariedade tem uma só natureza: uma obrigação com unidade objetiva (una eademque res), e, pois, não pode haver solução sem integridade de prestação, já que não pode o credor ser compelido a cindir a res debita, nem pode o devedor fracioná-la. Em qualquer caso, se há mais de um devedor com a obrigação de pagar a coisa devida por inteiro (totum et totaliter), ou se há vários credores com a faculdade de demandar a qualquer deles a prestação inteira e sem partilha, existe solidariedade, sem qualificações distintivas.

(...)

Daí resumimos as noções, dizendo que na obrigação solidária há uma só relação obrigacional, com pluralidade de sujeitos; esta unidade de vínculo concentra-se em um objeto, que é devido e exigível, só e uno, independentemente da pluralidade subjetiva.”

² PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil: Volume II. Teoria Geral das Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, p. 84/86.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — RF/NR/RV*



20. Por fim, quanto à ausência de planilha discriminada de atualização do débito de responsabilidade do recorrente, entendo não haver necessidade de tal formalização. A própria Decisão que imputou o débito informava que este seria atualizado nos termos da Emenda Regimental nº 13/03, a qual *“Estabelece critérios de atualização monetária e de cálculo dos juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.”*

Tribunal: De acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o

I. tome conhecimento dos Embargos de Declaração opostos pelo 1º SGT BM RRM Mário Carlos Cabral (fls. 156/159) para, no mérito, rejeitá-los;

II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao Embargante, ao seu representante legal e ao Corpo de Bombeiros Militar do DF;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator